



## Shell e Basf tÃªm atÃ© segunda para analisar contraproposta de acordo

Por mais uma vez, a possibilidade de um acordo entre Shell, Basf e ex-trabalhadores de uma fÃ¡brica em PaulÃ­nia (SP), cujo solo foi contaminado pela companhia de combustÃ­veis, foi adiada para a prÃ³xima segunda-feira (11/3). Em nova audiÃªncia nesta terÃ§a (5/3), na sede do Tribunal Superior do Trabalho, em BrasÃ­lia, as empresas pediram mais prazo para avaliar a [contraproposta](#) apresentada pelos trabalhadores e pelo MinistÃ©rio PÃºblico do Trabalho.

Os trabalhadores apresentaram contraproposta ao que foi [oferecido](#) pelo ministro JoÃ£o Oreste Dalazen, presidente do TST, na Ãºltima sexta-feira (1º/3). Dalazen havia sugerido que as empresas pagassem 75% do valor estabelecido pela primeira instÃ¢ncia como indenizaÃ§Ã£o por danos morais trabalhistas individuais, R\$ 250 milhÃµes de danos coletivos e o custeio do tratamento de saÃºde dos trabalhadores afetados, desde que ficasse comprovada a relaÃ§Ã£o entre o dano ambiental e o problema de saÃºde.

Os trabalhadores sugeriram 70% dos danos individuais, R\$ 200 milhÃµes pelos danos coletivos e o custeio dos tratamentos de saÃºde dos afetados e seus descendentes. Mas recusaram a parte que falava em comprovar a relaÃ§Ã£o entre dano ambiental e problema de saÃºde — o nexos causal.

A briga chegou Ã JustiÃ§a depois de AÃ§Ã£o Civil PÃºblica ajuizada pelo MPT pedindo que Shell e Basf, solidariamente, paguem indenizaÃ§Ã£o por danos morais trabalhistas e tratamento mÃ©dico a seus ex-funcionÃ¡rios que trabalharam em PaulÃ­nia. A conclusÃ£o do MPT, que foi seguida pela JustiÃ§a do Trabalho, Ã que os danos ambientais causaram problemas de saÃºde nos trabalhadores.

Conforme mostrou [reportagem](#) da **ConJur**, a briga entre empresas e trabalhadores se estende porque a sentenÃ§a da Vara do Trabalho de PaulÃ­nia, depois confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho de SÃ£o Paulo, dispensou a demonstraÃ§Ã£o, pelas vÃ­timas, do nexos causal entre os danos ambientais e os problemas de saÃºde enfrentados. Dessa forma, as empresas foram obrigadas a custear tratamentos relacionados ou nÃ£o ao caso, como cÃ¢ncer na tireoide e lipoaspiraÃ§Ã£o, por exemplo.

A disputa agora Ã para que se chegue a um acordo que nÃ£o prejudique ninguÃ©m. As empresas afirmam que a sentenÃ§a Ã “genÃ©rica” e pedem que o TST obrigue os trabalhadores a demonstrarem o nexos causal. JÃ os trabalhadores querem ter tratamento de saÃºde, por entender que os danos ambientais os prejudicaram, mas consideram a demonstraÃ§Ã£o do nexos causal “inaceitÃ¡vel”.